

Posição do PMDB definirá a Constituinte

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

Até agora foi debatida em universos fechados, isoladamente, a questão da composição da Mesa e dos demais cargos da Assembleia Nacional Constituinte, bem como das Mesas da Câmara e do Senado. O grupo do deputado Ulysses Guimarães vai chegando às suas definições, os não-alinhados e os rebeldes do PMDB a outra. Líderes do PFL buscam abrir espaços. O Palácio do Planalto começa a se preocupar, os pequenos partidos sustentam necessidade a sua representação. Falta uma costura ou uma busca de entendimento amplo entre essas e outras correntes, o que só acontecerá a partir da primeira semana de janeiro. Até lá, por conta das festas de Natal e ano-novo, tudo permanecerá como está. Depois, poderão vir as definições, realize-se a composição geral ou sobrevenha o confronto.

A premissa para que se chegue a uma conciliação repousa na postura que o PMDB vier a adotar. Mesmo sendo o maior partido nacional e tendo conquistado inequívoca e ampla maioria nas eleições do dia 15, o partido não pode ter a pretensão de preencher tudo. Muito menos de decidir tudo. Se haverá parte do leão, nessa partilha, haverá também de se fixar a importância de o leão não comer o lanche inteiro. Acabará ficando com indigestão. Além do que, para os peemedebistas, seria repetir em gênero, número e grau a postura da antiga Arena, um passo certo no rumo da desmoralização.

Existem cinco postos de primeiro nível, a preencher pelas forças políticas: Presidência da Assembleia Nacional Constituinte, presidente da Grande Comissão Constitucional da Assembleia Nacional Constituinte, relator-geral do projeto de nova Constituição, presidente da Câmara dos Deputados e presidente do Senado Federal.

Não se dirá poder os partidos começar a caminhada do ponto zero, em janeiro. Já existem realidades definidas, ou percursos percorridos, isoladamente mas de forma irreversível. Ulysses Guimarães, por exemplo, já é o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, provavelmente também acumulando a presidência da Câmara. Deverá ver essa superposição decidida só pelo PMDB? Talvez não, porque seu opositor declarado, o deputado Fernando Lyra, também do PMDB, disputará em plenário a presidência da Câmara, contando com um setor dos não-alinhados e dos rebeldes do seu partido mas imaginando receber os votos de bancadas de outras legendas. Nesse ponto a posição do PFL se torna sobremaneira importante. Os liberais dispõem de 118 deputados e 20 senadores, contra 258 deputados e 45 senadores do PMDB. Marcam uma característica: a unidade. Não costumam dividir-se, como seus "aliados". Assim, para Ulysses Guimarães contar com o apoio do PFL em sua eleição para as presidências da Assembleia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados, precisará antes ter negociado outras posições. E não bastará aos liberais a presidência da Grande Comissão Constitucional, que, tudo indica, irá para o senador Afonso Arinos, do PFL fluminense. Aliás, o ex-ministro das Relações Exteriores, assim como o próprio Ulysses Guimarães, integram a faixa daqueles chamados "homens-símbolo", a ser guindados a altas funções por conta de homenagem ou reconhecimento nacional de seus méritos. Precisarão ter, abaixo deles, "operários", gente capaz de tocar o barco e dedicar-se 24 horas por dia à missão constituinte.

O PFL, salvo engano, retindecará mais um cargo, além da presidência da Grande Comissão Constitucional. Talvez o de relator-geral, talvez a presidência do Senado. Mesmo apresentando uma "melade maior" e uma "melade menor", a Aliança Democrática ainda existe no plano nacional. Ao PMDB não pode ser dada a tentação de governar sozinho. O Ministério do presi-

dente Sarney é um reflexo dessa circunstância imperiosa.

Estarão em jogo, também no caso da Assembleia Nacional Constituinte, posições imediatamente inferiores às referidas. O vice-presidente, substituído de Ulysses Guimarães, precisará ser alguém do ramo, com conhecimentos e representatividade específicos, até porque, quando Sarney viajar para o Exterior e for substituído por Ulysses Guimarães no Palácio do Planalto, a ele caberá conduzir os trabalhos constituintes. Pela idade avançada de mestre Afonso Arinos, crescerá em importância um cargo ainda não definido, mas a ser obrigatoriamente criado quando as conversas interpartidárias se iniciarem: o de vice-presidente da Grande Comissão Constitucional. Bem como, à maneta de afluentes, serão fundamentais as presidências das subcomissões, prevendo-se várias: de segurança nacional, de direitos humanos, de ordem social, de ordem econômica, da parte tributária, da União e dos Estados, do sistema de governo etc.

Junte-se à receita condimentos capazes de mudar o gosto do prato, como os postos nas Mesas da Câmara e do Senado, e se abrirá a possibilidade de composição ampla. A ser cozinhada antes que se iniciem os trabalhos formais, em 1º de fevereiro.

Torna-se, por isso, imprescindível um mestre-cuca de experiência, alguém em condições de manusear com maestria a colher de pau, os garfos, o facão e os demais instrumentos culinários. Alguém que conduza o diálogo trazendo em sua bagagem uma espécie de chancela ou procuração específica do centro maior de poder, a Presidência da República. A leitura política desses enunciados leva a mais um motivo de por que o presidente José Sarney dificilmente deixará o ministro Marco Maciel sair do Gabinete Civil. A ele, salvo engano, caberá a condução das negociações. E do PFL, foi batido nas eleições de Pernambuco, mas, melhor do que todos, vem sendo grande defensor da permanência da Aliança Democrática.

Ulysses não poderá coordenar, já que é parte — justamente o motivo que afasta os líderes do PFL no Congresso. Pessoalmente, o presidente da República não se exporá.

Outro tema relacionado com a Assembleia Nacional Constituinte precisará desenvolver-se em janeiro, menos na forma que no fundo. Como ordenar os trabalhos? Seguir que tipo de roteiro ou mecânica? Selecionar quais pontos fundamentais para o debate maior?

Imagina-se, nesses dias de júbilo e expectativa, em Brasília, que a Assembleia Nacional Constituinte não comece logo discutindo e votando artigos e capítulos da nova Carta. Seria o caos. Parece necessário, primeiro, dar tempo à Grande Comissão Constitucional para elaborar um arcabouço, que tanto pode ser o texto da Constituição de 1987, enriquecido de princípios democráticos ditados pela conjuntura, quanto o projeto dos nobres da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, podendo de parte de seu trabalho. Em qualquer dos casos, serão necessárias muitas semanas, talvez meses, para uma configuração razoável. Enquanto isso os constituintes, menos os 60 ou 70 membros da Grande Comissão Constitucional, se estarão dedicando a tudo. Fazendo discursos candentes sobre qualquer assunto e ocupando os horários das sessões plenárias para colocar todo o tipo de preocupações constitucionais ou não. Por isso se reconhece não ter sido tão perniciosa assim a superposição de funções entre a Assembleia Nacional Constituinte e a Câmara e o Senado. As duas Casas do Congresso também servirão como válvula de escape, abrindo seus espaços e seu tempo para debates, só quando estiver pronto o anteprojeto da Grande Comissão Constitucional, a ser entregue ao relator-geral, começará o processo de apresentação de emendas e de sua discussão pelos 550 constituintes.

C.O.